

CARTOGRAFIA CABOCLA: POSSIBILIDADES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA¹

CARTOGRAPHY “CABOCLA”: POSSIBILITIES FOR THE WRITING OF HISTORY

Aruanã Antonio dos Passos ²

RESUMO: Buscamos avaliar o papel e o lugar do caboclo no Sudoeste do Paraná antes da ocupação e colonização intensificadas a partir da década de quarenta. Através de uma percepção do lugar e do papel do caboclo numa comunidade em construção é possível reavaliar aspectos historiográficos generalizados, como o suposto “vazio demográfico” antes da intensificação das migrações do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; ainda o papel preponderante atribuído a esses migrantes na “evolução” comportamental e material da região. Como estrato (formações históricas), encontramos o caboclo na gênese da estruturação prática da colonização, sendo que as relações intersubjetivas constituíram um contexto de circularidade de capitais, não apenas materiais, mas também sentimentais, emocionais, determinantes nas interferências do “eu-tu-nós”. Assim, as relações que os homens estabeleceram com a terra e com o “outro” num território marcado pela fluidez, pela desterritorialização e dos sujeitos é capaz de contribuir para uma compreensão do caboclo, enquanto sujeito de um passado apropriado por um presente que o relegou a um papel secundário nessa história.

PALAVRAS-CHAVE: Sudoeste do Paraná; intersubjetividade, caboclo, nomadismo.

ABSTRACT: We seek to assess the role and place of the “caboclo” in southwestern Paraná before the occupation and colonization intensified from the forties. Through a perception of the place and role of the “caboclo” in a community under construction you can reassess historiographic aspects, such as the alleged widespread “empty demographic” before the intensification of migration of Rio Grande do Sul and Santa Catarina; even the leading role assigned to these migrants in “evolution” behavioral and material of the region. As stratum (historical formations), we find the caboclo in Genesis of structuring practice of colonization, and intersubjective relations constituted a context of circularity of capital, not just materials, but also emotional, sentimental, on determinants of interference “I-he-us”. Thus, the relationships men have with the Earth and with the “other” in the territory marked by fluidity by deterritorialization and the subject is able to contribute to an understanding of the “caboclo”, while subject to a past appropriate for a gift that the relegated to a secondary role in this story.

KEYWORDS: Southwestern Paraná, Intersubjectivity, “caboclo”, nomadism.

“Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, pelo menos possível, inclusive quando se falava sobre nômades. O que falta é uma Nomadologia, o contrário de uma história”.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. *Mil platôs*, vol. 1.

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada na *IV Semana de História: cultura dos povos tradicionais* na Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO – Campus Irati, 2008).

² Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Jussara. Contato: aruanaap@yahoo.com.br. Artigo enviado: 20/03/2011 e aceito em 15/07/2011.

O mito do vazio demográfico

Em 1910 o Sudoeste do Paraná era um imenso território que num primeiro olhar seria caracterizado como um “vazio demográfico”. Essa constatação é reiterada por uma série de estudos historiográficos que tomam por lugar comum o início da colonização e consequentemente da ocupação, como intrínsecas às políticas governamentais dos anos de 1940 e 1950. Com uma área³ de aproximadamente 4.972.180.142 m² e uma população em 1920 de 6.000 pessoas (WACHOWICZ, 1984, p.58), a região oscilava no início do século entre uma “insipiente” ocupação, por um lado, e por outro pela necessidade de uma maior atenção por parte do governo brasileiro, tendo em vista, o interesse argentino por aquele território datar do final do século XIX⁴.

A ocupação e colonização do Sudoeste é um capítulo obrigatório nos estudos sobre a região. Em muito isso se deve a construção mesma dessas pesquisas. O grande tema discutido por esses estudos é a luta pela posse da terra dentro do processo de colonização. Em sua maioria esses estudos pouco se referem à vida na região antes de 1940 onde se iniciaria, a partir de então, a chamada ocupação intensiva da terra, caracterizada pelo adensamento populacional proporcionado pela vinda de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Essa atenção dedicada ao processo de ocupação e posse pela terra por parte da historiografia possui pelo menos dois fatores identificáveis e inter-relacionados. O primeiro se refere a certa concepção de história bastante praticada no Brasil nos anos 70 e 80. Tratam-se dos estudos fundamentados na concepção marxista da história. A ocupação então passa a ser observada como estritamente ligada ao processo de expansão do capital. É como se efetivamente a história do sudoeste se iniciasse a partir da década de 40: “Foi o processo migratório a partir do Rio Grande do Sul o elemento determinante do movimento de ocupação do Sudoeste do Paraná” (REGO, 1985, p.186). Apesar dessa constatação, que já é lugar comum na historiografia do Sudoeste do Paraná, é inegável que há uma contradição fundamental que se apropria da história

³ Dados retirados de: LAZIER, Hermógenes. **Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e progresso**. Editora Folha do Sudoeste: Francisco Beltrão, 1977, p. 9.

⁴ Data de 1881 a reivindicação oficial do território de Palmas pelo governo argentino. Segundo Adelar Heinsfeld: “Naquele momento, o único fator conflitivo entre os dois países era a questão fronteiriça, envolvendo o território da então Comarca de Palmas”. In: HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.106.

regional como objeto para a consolidação de uma postura política frente ao passado. É inegável também que toda historiografia se apropria de um passado e produz sobre ele efeitos diversos, no entanto, a análise da disputa pela terra, da ocupação e colonização do sudoeste encontra uma série de agravantes quando confrontada com esse período pouco referido nos vários estudos e sobre o qual nos propomos a compreender à luz das sensibilidades, dos sentimentos inerentes aos atos de violência. Isso se verifica não numa relação causal genética entre a violência antes da colonização e as manifestações de violência deflagrada nos anos 50 pela disputa pela posse da terra.

Dupla dificuldade então se mostra ao historiador interessado em compreender o período histórico anterior a “efetiva” ocupação do território. Em primeiro lugar encontramos a escassez de documentos e de estudos historiográficos sobre o período. Em segundo lugar a importância de dois fenômenos relacionados a ocupação: o papel do migrante luso-gaúcho e as disputas territoriais que seccionaram o passado do Sudoeste do Paraná, impõe um cuidado que se torna o leitmotiv de um esforço de ressignificação de uma interpretação do passado que já assumiu um lugar comum reiterado pelo mito do “vazio” demográfico.

Ocupação, colonização e as dimensões da ressignificação

No início do século XX, encontramos no território do Sudoeste, indígenas, caboclos, argentinos, paraguaios, gaúchos, catarinenses e paranaenses contrastando com o suposto “vazio demográfico”. Os primeiros povos a habitar a região eram índios kaingang, guaranis e botocudos (BOCCHESE, 2004, p.45). Esses povos ainda eram encontrados na região no início do século XX. Com a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul já nos primeiros anos do século, mesmo que de modo esparsos: “(...) o tamanho médio da propriedade agrícola girava em torno de sessenta hectares” (PADIS, 1981, p.167).

A ocupação e colonização do sudoeste do Paraná podem ser compreendidas como o fenômeno de formação de constituição de uma comunidade histórica, tal qual a formulação do professor Brasil Pinheiro Machado. Segundo ele: Se estudássemos o processo de povoamento do território brasileiro, sob o critério da expansão populacional a partir de um dos núcleos iniciais, iríamos encontrar, de modo geral e com alguns aspectos diferenciais, o mesmo fenômeno: cada movimento de expansão vai terminar

numa formação social regional ou agrupamento regional, ocupado um determinado território e se expandindo dentro dele. Às organizações sociais, políticas e econômicas que esses agrupamentos regionais constituíram, é que estamos denominando comunidades históricas (MACHADO, 1981, p.104).

O que interessa inicialmente é a constituição e organização desses contingentes populacionais nesse território e ainda, as sociabilidades constituídas por esses contingentes, da sua relação com o espaço, o meio, até a formação e expressão de determinados sentimentos.

Em relação à presença indígena temos poucos relatos, menos ainda que os relatos sobre os caboclos e os negros. Segundo o professor Sittilo Voltolini, havia certa fluidez nas relações entre índios, caboclos e brancos, relações que se estabeleciam não de modo completamente livre, tão pouco seguia um conjunto rígido de preceitos morais e comportamentais. Frente a dispersão no território, a presença da mata, da natureza, o outro era sempre uma possibilidade diante da realidade vivida:

Casamentos entre migrantes e índios eram comuns por aqui, no começo do século, mas não tão fáceis assim. Havia certas imposições da cultura indígena para esses enlases. Para casar com índia, o rapaz „estrangeiro“ tinha que provar ter condições de sustentá-la e isso era verificado por uma comissão da tribo. Obrigatoriamente tinha de ter um bom cavalo encilhado para transportar a esposa no „grande dia“. Índia que casasse com branco era deserddada da tribo. Não era mais índia. O inverso ocorria quando uma mulher branca casava com índio: virava índia (VOLTOLINI, 2005, p.53).

Esse relacionamento nos parece surpreendente para a história de uma região que foi pensada como profundamente marcada por certa segmentaridade étnica onde cada grupo migrante, fosse ele polaco, alemão ou italiano, mantinha sua cultura restringida ao seu grupo social, tanto por questões de língua ou de diferenças de sociabilidades diversas. Isso pelo menos por um breve tempo. No entanto o contraste a esses “primeiros tempos” do migrante teuto-gaúcho ou ítalo-gaúcho é a presença mesma das populações caboclas e indígenas.

Mas aqui no começo, propriamente gente branca não existia. O que não era índio, era caboclo de pele escura, mulata, trigueira. Alguns negros, escravos fugidos das fazendas no passado, e descendentes deles. O primeiro branco, branco mesmo, a aparecer por estas bandas foi o polaco Francisco Dambrowski. Veio fugido de Cruz

Machado, jurado de morte que estava, por ter passado fogo nuns ciganos, lá na sua terra (VOLTOLINI, 2005, p.54).

Esses dois contingentes populacionais, o caboclo e o indígena, nos são importantes para a compreensão dos modos de sociabilidades e das relações intersubjetivas. Primeiramente, essas relações estão intimamente relacionadas com as manifestações sociais e com a ordenação dos homens nesse espaço.

As principais características nesse território era a flexibilidade tanto efetiva dos deslocamentos dessas populações, como das relações sociais estabelecidas com a terra e entre os homens. Assim, sobre os indígenas podemos considerar que a importância desses povos é a de estabelecer certa estrutura organizacional onde as relações do “eu-tu-nós” se efetivavam. Isso pode ser exemplificado no fato de que: “as sociedades indígenas eram seminômades e pré-agrícolas e viviam sem interferências de um Estado constituído. Eram igualitárias, pois a exploração das propriedades de terra, frutos, caçadas e pescarias, bem como as decisões tomadas, eram coletivas” (BOCCHESE, 2004, p.19).

Essa organização social sem um Estado constituído, mas com suas regras e padrões sociais tem uma grande importância nesses tempos. Esse tipo de organização só passa a ser modificada a partir da década de 1940 com a vinda ostensiva de diversas levas populacionais. Do início do século até os anos de 1930, período que mais nos interessa aqui, a coexistência desses grupos sociais, étnicos, culturalmente constituídos pela diferença dentro do suposto território “vazio”, é a regra.

O que parece mais conflituoso é a defasagem entre o passado e o presente, onde numa organização social considerada “primitiva” ou “pré-política”, anterior a uma organização política de Estado encontramos um aparelho judiciário funcionando, ainda que de modo insipiente. Sob esse aspecto é que nos interessa a noção de segmentaridade: “O fato é que a noção de segmentaridade foi construída pelos etnólogos para dar conta das sociedades ditas primitivas, sem aparelho de Estado central

fixo, sem poder global nem instituições políticas especializadas” (DELEUZE, 1996, p.77).

Segmentaridades estabelecidas: o caboclo, a terra e o “outro”

O elemento fundamental constitutivo dos grupos coexistentes nesse vasto território é o caboclo. O caboclo é considerado o mestiço de branco com índio, no entanto no Sudoeste não era apenas esse mestiço considerado caboclo. Todo sertanejo, que tinha comportamento e hábitos do sertão era caboclo: “porém, o caboclo não podia ter pela clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura” (WACHOWICZ, 1987, p.85).

A grande maioria dos caboclos eram o que se poderia denominar de pobres, possuíam 5, 6, 8 alqueires de posses. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Se possuíam alguma madeira industrializada em sua construção, eram lascas de pinheiro. Muitos cobriam as casas com taboinhas lascadas também de pinheiro. Assoalhos de madeira só apareceram com o desenvolvimento das serrarias. Nas décadas de 1920, 1930, quase todas as casas eram de chão. Mas, havia caboclos melhor situados. Um fator de distinção social era ter um cavalo encilhado, roupa para vestir no domingo, facão e.s pistolas na cintura. O caboclo, comparado com o colono que mais tarde veio na frente pioneira, procedente do sul do país, era considerado pelos componentes dessa frente como elemento de vida mais simples. O descendente de índio por exemplo, era considerado mais petiço que os outros, e os antigos caboclos da região de Pato Branco eram chamados pela vanguarda da frente pioneira, de primitivos (WACHOWICZ, 1987, p.85).

O caboclo, em suas especificidades, personifica os tipos de relações sociais que aqui chamamos de fluidas constituindo a base das segmentaridades nesse território. Segundo Deleuze e Guatarri:

Os segmentos sociais têm neste caso uma certa flexibilidade, de acordo com as tarefas e as situações, entre os dois pólos extremos da fusão e da cisão; uma grande comunicabilidade entre heterogêneos, de modo que o ajustamento de um segmento a outro pode se fazer de múltiplas maneiras; uma construção local que impede que se possa determinar de antemão um domínio de base (econômico, político, jurídico,

artístico); propriedades extrínsecas de situação ou de relações, irreduzíveis às propriedades intrínsecas de estrutura; uma atividade contínua que faz com que a segmentaridade não seja captável independentemente de uma segmentação em ato que opera por impulsos, desprendimentos, junções. A segmentaridade primitiva é, ao mesmo tempo, a de um *código* polívoco, fundado nas linhagens, suas situações e suas relações variáveis e a de uma *territorialidade* itinerante, fundada em divisões locais emaranhadas. Os códigos e os territórios, as linhagens de clãs e as territorialidades tribais organizam um tecido de segmentaridade relativamente flexível (DELEUZE & GUATARRI, 1996, p.77).

A constituição dos segmentos sociais, ou seja, cada elemento, cada sujeito constitutivo do tecido social (caboclo, indígena, argentino, negro etc.) e as diferentes formas com que esses sujeitos se relacionavam juntamente com o que Deleuze e Guatarri chamam de “tecido de segmentaridade”, verificável em nosso caso de diversas maneiras, onde a flexibilidade ou fluidez das relações seccionam o tecido social e organizam a intersubjetividade de múltiplas maneiras, não apenas em relação à terra e seu uso, ou a organização e evolução econômica da região Sudoeste. Exemplo desses elementos é a presença mesma do caboclo nesse território. Mas não apenas o caboclo, de um modo geral, da constituição mesma das relações, dos vínculos que se estabelecem nesse território, afinal “esse território, que hoje é Pato Branco, era pontilhado de veredas por onde os índios, os caboclos e, mais tarde, os tropeiros transitavam livremente, sem preocupação com a fronteira espanhola ou a fronteira argentina” (BOCCHESE, 2004, p.19), tendo em vista que essas práticas condizem não apenas com a grande extensão do território e sua falta de demarcação e ocupação efetiva, porque entendemos que, “somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente” (DELEUZE & GUATARRI, 1996, p.76). Não à toa, nesses tempos,

O caboclo, tendo o sangue indígena, não se sentia proprietário da terra, porque a terra significava para ele a continuidade do homem. O valor não era para ser negociado. O homem e a terra eram a continuidade um do outro. O caboclo de Bom Retiro não sabia o que fazer com tanta terra, por isso desfazia-se de parte dela para simplesmente ter um vizinho. A companhia de alguém, nesses confins do mundo, era necessária, visto que a imensidão da floresta despertava melancolia (BOCCHESE, 2004, p.56).

A relação aqui estabelecida com a terra foge completamente das teses historiográficas já defendidas em torno de acumulação de capital ou mesmo expansão do capital no campo. Mesmo com o início da vinda dos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a postura em conformidade é ainda a de se estabelecer constituir e estruturar sua propriedade, e, trazer sua família que na maioria das vezes havia ficado na sua terra de origem. Essa organização era basicamente e inicialmente a mesma dos caboclos, obviamente com diferença técnicas no plantio e cultivo da terra.

O caboclo, sertanejo que habitava a região Sudoeste do Paraná, era posseiro, pois residia na terra que era sua, mas não tinha a documentação legal. Colhia a erva-mate nativa e a negociava com os argentinos que em Villa Nova construíram os seus barbaquás. Plantava a roça de uma maneira bem rudimentar, chamada caiçara. O milho e o feijão eram cultivados apenas para a subsistência. (BOCCHESE, 2004, p.45).

Sobre a organização no homem na terra sabemos que, “até a década de 1930, a única atividade econômica era a extração de erva-mate, abundante e com bons preços no mercado argentino. A partir daí veio a agricultura, que cedeu lugar à criação de suínos, seguida do extrativismo da madeira” (KRÜGER, 2004, p.90). O uso e cultivo da terra encontravam dificuldades geográficas naturais devido à topografia mesma da região: Quando se observa que o terreno da região sudoestina, além de ser bastante acidentado e recoberto de vales e morros (o que dificultava grandemente a mecanização da agricultura, já difícil, dada a precariedade dos recursos financeiros dos migrantes), está situado a grande distancia dos centros urbanos mais importantes do Paraná (Curitiba fica a mais de 500 quilômetros) e era, na ocasião, totalmente desprovido de meios de comunicação – quer rodoviária, quer ferroviária – com esses centros, podia-se prever sem grande margem de erro, que essa população iria dedicar-se a um tipo de atividade econômica cuja finalidade era quase que exclusivamente o autoconsumo. Isto, porque diante de tal isolamento, poucas as possibilidades de se venderem os eventuais excedentes de produção (PADIS, 1981, p.169).

Esses elementos contribuíram juntamente com o fator cultural para o estabelecimento na região de pequenas propriedades com uso do sistema familiar de produção, com exceção das grandes propriedades dos campos de Palmas onde a criação de gado desde o século XVIII movimentava a economia. Já com o início da vinda das levadas populacionais do sul a relação homem-terra passa a se modificar, mas não de modo organizado ou gerenciado pelo governo:

O primeiro movimento foi o da ocupação de caráter precário e de densidade bastante pequena, visando apenas desenvolver a economia madeireira. Como é fácil entender, a estrutura de propriedade caracterizou-se então pela implantação de estabelecimentos de elevadas dimensões territoriais, pertinentes ao desejo de posse de grandes reservas de pinhais. E, complementarmente à atividade madeireira, surgirá uma pecuária de caráter extensivo (PADIS, 1981, p.165).

Ainda assim, nem a exploração da madeira, nem a pecuária, “(...) proporcionaram ocupação mais efetiva da terra” (PADIS, 1981, p.165), em muito porque a constituição da flora regional dificultava e exigia grandes esforços para a derrubada das densas matas. Todo dispêndio necessário não estava à disposição nesse momento e a relação do caboclo com a terra somava-se a essa dificuldade e acabou contribuindo para que este acabasse marginalizado. Eucléia dos Santos reitera certa imagem do caboclo:

Saindo dos domínios compreendidos pelas divisas de uma fazenda com outra, no meio de uma vasta extensão de floresta, solitariamente envolvidos pela mata e pelas distancias, habitavam algumas famílias que se diferenciavam dos fazendeiros, por possuírem apenas uma roça de subsistência, e que se distinguiam daqueles que habitavam o „centro“ da Vila, porque se distanciavam daquele espaço. Eram chamados de caboclos (SANTOS, 2005, p.67).

Ainda:

Estes tomavam uma determinada porção de terra, construía a casinha com os materiais que dispunham e plantavam a roça de subsistência que „mal dava para o gasto“. No instante que o solo não fosse mais produtivo ou que a oferta de algo melhor estivesse em vista, eles abandonavam as casas e as terras e iam se estabelecer num novo local, que se apresentasse mais promissor (SANTOS, 2005, p.68).

As práticas com relação à terra e do encontro colono-caboclo somam-se com outros elementos para a nossa compreensão da fluidez e da segmentaridade desses sujeitos históricos com o espaço e com o “outro”. O caboclo mantinha outra relação com a terra. Não era um sedentário completo. Ele mantinha uma relação sempre provisório com a terra que ocupava. Estabelecia através de suas necessidades um movimento de constante, mesmo que intermitente desterritorialização e reterritorialização. Assim, não à toa o “desprendimento” que o caboclo mostrava com a terra é perceptível em diversos relatos:

Na região Sudoeste, o caboclo posseiro vendia a sua terra ao migrante vindo do Sul. A negociação nem sempre ocorria com dinheiro, aceitava-se no negocio desde um cavalo velho e doente, armas, até escova de dente ou qualquer outra quinquilharia. Em seguida, o caboclo mudava para outra região ou para um pouco mais distante da qual estava, e se apossava de nova propriedade (BOCCHESE, 2004, p.46).

O caboclo abandonava, vendia ou trocava a terra em que estava e procurava outro lugar para tirar o seu sustento. Esses movimentos não são próprios apenas da presença inicial do migrante do sul. Esses movimentos aconteciam antes da vinda dessas levas populacionais, quando os recursos naturais da terra não davam mais conta do sustento. Novamente os relatos reafirmam essa constatação. Na Colônia Bom Retiro, criada em 1918 para abrigar os dissidentes da Guerra do Contestado, muitos migrantes se fixaram:

Quando os gaúchos, os compradores do Sul, como eram chamados, começaram a chagar em Bom Retiro, foram recebidos com esta pelos caboclos, foi uma loteria, quase uma graça divina para os primitivos donos da terra. O sulista vinha com dinheiro na guaiaca e isso era o que os caboclos queriam, porque em Bom Retiro não havia moeda circulando (BOCCHESE, 2004, p.57).

Sabemos ainda que esse tipo de troca, de comércio singular da terra durou mais de vinte anos (BOCCHESE, 2004, p.57). Esse elemento contrasta com uma suposta raiz histórica pela disputa com a terra. Não é possível, a nosso ver, subestimar o papel e o lugar do caboclo nesse território como sujeito ativo, ao contrário da historiografia que até então se concentrou no papel e no impacto do migrante enquanto sujeito responsável por toda uma evolução social nesse território. É inegável que o migrante possui um lugar bastante definidor e transformador nessas relações. Ele é sujeito determinante no mosaico social que estrutura a “nova sociedade”. Também é o sujeito responsável pelo constante abandono da fluidez da sociedade “primitiva”, modifica a segmentaridade e a intersubjetividade latente por outras relações mais rígidas por um código cultural distinto. Isso fica evidente quando percebemos que do encontro entre os colonos do sul e os caboclos, por um lado, quando aqueles passam a explorar de modo mais intenso tanto a erva-mate quanto a madeira, “por outro lado, deixou os caboclos miseráveis e rarefeitos, tornando-os, novamente, seminômades nas matas fechadas do Paraná” (BOCCHESE, 2004, p.27).

A historiadora Eucléia Gonçalves Santos em sua importante dissertação sobre os missionários franciscanos no Sudoeste do Paraná no início do século traz um acontecimento interessante sobre a relação entre os sertanejos e os franciscanos. É a relação que se estabelece entre os franciscanos e um caboclo chamado Militão.

O Militão era um caboclo importante no seu meio. Sua casa era m local de amplas discussões políticas. Não possuía mais que qualquer outro caboclo do lugar, mas conquistou um profundo respeito dos demais por estar sempre disposto a ajudar em qualquer negócio. Nada se decidia numa ampla extensão daquelas redondezas sem antes pedir conselho ao Militão. Em meio a simplicidade da vida do mato, o destaque que alguns personagens adquiriram era de tal forma respeitado que, bastaria utilizar estratégias certas ou criar vínculos com determinadas pessoas para atingir a todos. A figura de um caboclo, rude no seu modo de ser, mas que acumulava a confiança dos sertanejos, despertava nesses a vontade de permanecer um pouco mais na presença do padre, para realizar os sacramentos que eram enfatizados, mas que raramente os atingiam. Bastou que o Militão, um caboclo igual a eles, reafirmassem a importância destes rituais para que fosse aceito e realizado com boa vontade. Portanto, o poder de dominação como comumente observou-se em trabalhos que trataram das relações entre indivíduos instituídos (ou a instituição) e pessoas comuns, adquiriu outras faces pela observação destas relações: o poder não estava nas mãos dos freis, nem nas mãos dos caboclos, ele circulava em igual medida por todos os indivíduos (SANTOS, 2005, p.99-100).

Em outras palavras, as relações que se estabeleciam dentro do chamado Espaço de Missão dos franciscanos levava em consideração o papel social do caboclo, seu status, seu lugar no grupo social. Para estabelecer a dominação os franciscanos “desceram” à realidade própria desse território para a convivência de sujeitos históricos singulares em suas ações e decisões.

No entanto a importância do caboclo nesse meio acabou ofuscada por certa interpretação evolutiva do progresso regional. O caboclo ainda nos anos 1920 era vista como o grande empecilho para o crescimento da economia e da colonização do Sudoeste devido ao seu modo de vida e de relação com o espaço. Segundo o periódico *Comércio do Paraná* de 1923, o atraso da região segundo os fazendeiros de Palmas se devia a baixa fertilidade do solo e ao caboclo que não “se presta à lida da agricultura” (Apud: WACHOWICZ, 1987, p.56). Isso porque os caboclos “havia penetrado nas

regiões da mata como posseiros preocupavam-se em colher alguma quantidade de mate nos ervais nativos” (WACHOWICZ, 1987, p.56), para conseguir algum dinheiro usado na compra de materiais de necessidade básica: armas, sal e roupas, de resto o escambo era a prática mais comum entre os caboclos, mas também entre os primeiros colonos, essa prática era comum e trocar erva-mate por ferramentas, remédios, água de cheiro, brilhantina era usual (BOCCHESE, 2004, 72).

Sentimentos e sensibilidades no novo espaço

Além do papel do caboclo também o tipo de ocupação das terras desde o século XIX foi determinante para o estabelecimento das relações sociais que aqui chamamos de fluidas, devido ao modo flexível com que se davam. Segundo o estudo do professor Ruy Wachowicz, ainda hoje, a principal referência sobre a história do Sudoeste do Paraná, podemos entender que o modo com que a ocupação, ainda dos campos de Palmas, é elucidativa porque estabeleceu um certo padrão para a posterior colonização extensiva da região. Segundo Wachowicz:

A ocupação processada dentro de um caráter de arquipélago, em verdadeiros saltos ocupacionais, não se processou na forma de um avanço sistemático de uma frente colonizadora. De Curitiba a Guarapuava imensas regiões foram deixadas despovoadas. O mesmo ocorreu de Guarapuava a Palmas e Passo do Goyo. Em. Dava-se preferência aos campos, em detrimento das regiões cobertas por matas (WACHOWICZ, 1987, p.54).

Sabemos que, “na época da colonização Pato Branco contava com 7.159.960 pinheiros, tendo a maioria mais de 40 cm de diâmetro. Desse total, 47% correspondia a 3.365.181 árvores, classificadas como de serrarias porque apresentavam mais de 60 cm de diâmetro” (BOCCHESE, 2004, 28). Havia na região além dos pinheiros (*Araucária angustifolia*), angicos (*Anadenathera colubrina*), guajuvira (*Patagonula americana*), cedro (*Cedrela fissilis*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) (WEBER, 2006, p.20).

Em relatório de 28/10/1946 o engenheiro Duílio Trevisan Beltrão, o homem responsável pela primeira demarcação territorial de lotes mais precisa da região, se refere a vegetação no seguinte tom:

As florestas são muito densas e estão intactas na sua maior parte, pois devido ao seu afastamento de zona povoada, têm-se conservado livre de fogo e outros estragos

pelo sertanejo. Não se pode chamar de florestas seculares, porque nelas é pequena a quantidade de árvores de duração superior a 100 anos. Entretanto se refaz continuamente atestando a pujança e fertilidade de terras. Dentre as principais essenciais que povoam as matas, se destacam os pinheiros, canela, pessegueiro, angico, guajuvira, tarumã etc. Muitas destas árvores são padrões de terra boa. Além da mata propriamente dita, há a submata que ostenta diversas variedades de taquaras, sendo a principal a taquaraçu. Esta taquara gigante cheia de espinhos, só se desenvolve em terras de primeira qualidade e na gleba medida abrange grande faixa sobre as cabeceiras dos córregos afluentes do Rio Santa Rosa, da sua margem direita. Afóra as taquaras, a putinga, as ortigas e milhares de outros vegetais diferentes povoam a submata. Hervas e cipós medicinais existem ali como parte integrante da mata. O mato branco, padrão de terra boa, abrange toda a parte sul da gleba e grande extensão a noroeste, às margens do lageado Pedreira e Rio Herval e igualmente às margens do Rio Marrecas. As margens do Rio Santa Rosa e arrôio das Tunas a mata apresenta-se sobre outro aspecto, característico das matas coníferas desta região, e conhecias pela denominação de catanduvras e que atestam a inferioridade das terras, não obstante serem ainda de boa qualidade para o cultivo de cereais próprios da região (sic.). (LAZIER, 1977, p.7)

Essa diversidade da flora além da densidade da mata dificultava a fixação das pessoas no território, constituía um problema para a agricultura, dessa maneira era o primeiro grande problema para aqueles que queriam trabalhar na terra. Segundo Wachowicz a quantidade de pinheiros era tanta que “quando chegava o inverno, as pinhas se soltavam e forravam o chão de pinhão, ficava até avermelhado em baixo das matas” (WACHOWICZ, 1987, p.74). Exemplo do tamanho da dificuldade em trabalhar com a agricultura é o caso da ocupação da comunidade de Quebra-Freio localizada no interior da região que hoje é Pato Branco. Segundo Bocchese:

Quebra-Freio era um sertão de canhadas e morros, com mata virgem, onde predominava a Araucária (...). A chegada do migrante em Quebra-Freio deu-se por picadas que, em alguns trechos, precisavam ser abertas com facões e machados. A pouca mudança era transportada em cargueiros, valendo-se de trilhas que desviavam as incontáveis e imponentes araucárias. Naquele tempo, havia tanta mata na região que, para transportar uma cama com estrado, era necessária colocá-la amarrada ao lado da mula, caso contrário, não havia qualquer possibilidade de carregá-la, pois ficava presa aos pinheiros (BOCCHESI, 2004, p.41).

Ainda sobre a mata sabemos que com a chegada dos imigrantes italianos a partir de 1921 com a família Gonzzatti, vindos de Encantado, no Rio Grande do Sul. Estes imigrantes italianos:

Passaram a enfrentar, então, um mar de pinheiros que, de tantos que eram, o próprio chão se tornava escuro e dificultava o trabalho agrícola. Corajosos, audazes, religiosos e, muitas vezes rudes, esses desbravadores conviviam com os caboclos e os índios do Brasil, ou ainda com os imigrantes de outros países europeus como poloneses, ucranianos, alemães, e em alguns momentos de forma pacífica, e em outros, de forma turbulenta, pois cada descendente tinha as suas manias e crenças (BOCCHESE, 2004, p.47-8).

É a partir dessas relações que nós podemos nos aproximar dos sentimentos gestados nesse espaço, o único, porém, é que os sentimentos os quais temos uma maior dimensão estão profundamente relacionados com a chegada e o cotidiano inicial da vida dos migrantes. Pouco sabemos sobre os indígenas e os caboclos.

Percebemos que os desafios inerentes a uma vivência num território desconhecido com uma mata “virgem” transpunham a dimensão do estabelecimento de um simples modo de produção ou extração de capital econômico, é uma gestão de uma capital emocional tão importante quanto o primeiro.

Nesse período do desbravamento do Sudoeste, a mulher ocupou um lugar especial na formação das cidades. A descendente de italianos, por exemplo, além de todas as dificuldades, enfrentou a solidão da mata e a língua desconhecida. Tanto uma como outra traziam medo, seja pela exuberância da floresta, seja pelos segredos que a língua, com muitos dialetos guardava (BOCCHESE, 2004, p.48). Bocchese traz um relato interessante desses tempos de domínio do território e adaptação à nova vida:

Os animais que a mata trazia, tentando manter o seu território, e procurando no próprio homem a sua cadeia alimentar, causava horror, como disse Ighes Piacentini: À noite a gente dormia, porque estava muito cansada. Os urros, as arranhadas nas madeiras lascadas e as pegadas encontradas, no dia seguinte, apavoravam. Enquanto a família encolhida de medo tentava descansar, os homens se revezavam e montavam guarda durante toda a noite. Muitas vezes sentíamos até o respirar das feras, pelas frestas, por onde também passavam o vento, o frio e a lua, prossegue Ighes. A claridade da lua era bem vinda, pois com o luar, a escuridão no rancho, não era total (BOCCHESE, 2004, p.48-9).

As dificuldades que acompanhavam a mudança de território, o abandono da família e dos parentes, caminhavam *pari passu* com os inúmeros desafios de construir uma nova vida em outro território desconhecido. Assim é compreensível o impacto que essa mudança radical enfrentada pelo migrante produzia modificando a gestão e produção de vários sentimentos, além da melancolia, a saudade e o medo, por exemplo. Ainda sobre a posição das mulheres nessas mudanças:

O choque emocional era muito grande, uma vez que ao se afastarem da casa paterna, no Rio Grande do Sul, e partirem para o Paraná, as estradas terminavam, os carreiros iam ficando cada vez menores, e as picadas precisavam ser abertas para as carroças passarem. O coração ia ficando apertado, dentro do peito. Muitas engravidavam no caminho; outras já saíam, carregando um filho na barriga, enfrentando dificuldades e mais as da gravidez. Essas mulheres, de certa forma, abandonaram a terra com as lembranças da infância, com as alegrias da juventude; deixaram a família dos pais, os vizinhos, as noites de serão; renunciaram às comodidades; deixaram a própria história para construírem outra (BOCCHESE, 2004, p.50).

Já no Sudoeste essas mulheres estavam suscetíveis a sentimentos que chegavam a produzir patologias, como o banzo, doença caracterizada por profunda melancolia. A dor era grande e trazia também a doença do banzo para as mulheres brancas. Quando as primeiras heroínas se instalaram no Paraná, nem se comunicar com outras pessoas, conseguiam. Havia somente os de casa para conversar, e os vizinhos, quando havia, eram os caboclos que, com linguajar diferente, não se faziam entender, pois tinham uma outra língua, um outro costume (BOCCHESE, 2004, p.50).

Não à toa casar, por exemplo, “era uma maneira de conseguir enfrentar as agruras que a distância e a solidão provocavam (SANTOS, 2005, p.69). O que essa mudança radical na economia sensível denota é a interferência profunda tanto do novo espaço e da busca de uma localização dentro desse espaço quanto das relações sociais e intersubjetivas profundamente transformadas. Há uma mudança de espaço, mas também de tempo. As relações que se constituem nesse espaço modificam o tempo da própria vida e impõe uma dupla penitência inicial a essas pessoas: garantir a sobrevivência e resistir às novas relações com o espaço e o tempo no novo território. Assim, “a grande maioria da população criava uma forma própria de se situar no ambiente geográfico, constituindo relações e sociabilidades singulares, distantes daquelas possibilitadas pelas instituições sociais” (SANTOS, 2005, p.59). Os vizinhos quando existem passam a ser

um elemento muito importante na lógica das novas sociabilidades que se estabelecem e “a amizade de um homem com outro era algo muito importante. Como a sobrevivência era difícil, a amizade entre vizinhos e amigos era algo muito importante: uma coisa verdadeira, uma coisa limpa” (WACHOWICZ, 1987, p.88). Havia grande valorização da presença do outro, e mesmo com a relutância inicial do caboclo em se relacionar com os migrantes, aos poucos os laços se estabeleciam:

O silêncio da mata trazia mais saudades ainda. Era um fim de mundo; até os pensamentos pareciam aprisionados; difícil transpor as barreiras da distância e da mata fechada. Quando o emocional estava muito abalado, era grande a tristeza. Para trocar idéias com quem se encontrava na mesma situação, as mulheres dos Colla, moradores da Encruzilhada, desciam a pé até a casa da Dona Julia e da Dona Judith (BOCCHESE, 2004, p.50).

No processo de colonização através dessas migrações de agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina outras dificuldades básicas de vivência se estabeleciam como dificuldades a ser superadas, a alimentação foi um desses elementos no início das migrações, “a expansão continuou com a vinda de agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que inicialmente sofreram com a diferença de alimentação, já que não havia gado, as frutas o trigo e o arroz com que estavam acostumados, e com o transporte a cavalo por matas virgens de araucárias” (KRÜGER, 2004, p.90).

Esse tipo de dificuldade não pode ser subestimado se levarmos em consideração as características do povoamento e da primeira organização da terra. Essa organização era caracterizada por propriedades gerenciadas por famílias em pequenas porções de terra com uma produção de subsistência. Como descreve Pedro Calil Padis:

O processo de colonização e ocupação dessas áreas, iniciado no século passado, baseou-se em atividades agropastoris que se desenvolviam em propriedades de tamanho familiar, isto é, lotes suficientes para absorção da disponibilidade de força-de-trabalho de uma família. Complementarmente, surgiram pequenos núcleos urbanos cuja função econômica principal era a de prestar serviços, especialmente comerciais, e cuja função social era precipuamente a de ser o instrumento integrados das pessoas radicadas em seu redor, sendo, desta forma, um instrumento de conservação dos costumes, da moral, da língua e da religião de sua terra natal (PADIS, 1981, p.167).

Através dessas características é que um dos primeiros ciclos econômicos estabelecidos foi a criação de suínos:

Em 1920, no município de Clevelândia existiam, segundo o senso, 12.000 cabeças de suínos e a lavoura de milho, que fornecia parte da alimentação dos suínos, ocupava mais de 90% do total da área de lavoura. A suinocultura era a segunda atividade econômica da região e, após a queda da erva-mate, passou a ser a principal fonte de renda do Sudoeste do Paraná (LAZIER, 1986, p.49).

Devido às características do modo com que as pessoas se estabeleciam no território a criação de porcos se dava de modo extensivo. Os porcos eram criados de modo bastante livre com finalidades específicas tendo em vista a pouca mão-de-obra existente. No início a criação de porcos não competia com a erva-mate devido às características climáticas de cada cultura:

No inverno, se colhia erva-mate e, no verão se lidava com porco, existindo sempre serviço para quem quisesse trabalhar. A criação desses animais era, a princípio, muito rudimentar, não existindo chiqueirão e nem mangueirões para fazê-lo. Eram criados sempre no mato, alimentando-se do que encontravam nesse ambiente: frutas, vegetação e principalmente pinhão na época da debulhada (WACHOWICZ, 1987, p.74).

Esse modo de criação de suínos era o que se chamava de “porco alçado”. Esse sistema exigia grandes áreas de terra, em primeiro lugar por serem criados quase que naturalmente e, em segundo lugar para não invadirem as terras do vizinho. Por exigirem grandes extensões de terra com o aumento da densidade populacional o sistema se safra passou a constituir um problema. Com a chegada de migrantes a cultura passou a se interiorizar cada vez mais: “os porcos de vários vizinhos, por exemplo, começaram a se misturar no mato. Para solucionar esse problema, os vizinhos em regime de mutirão, pegavam os porcos e cada um marcava os animais com o seu sinal” (WACHOWICZ, 1987, p.78).

Podemos considerar a criação de suínos como o primeiro ciclo econômico que extrapolou os limites da região levando o produto até São Paulo através de Ponta Grossa. Mas esse comércio só se expandiu após os anos 1930 com o comércio de porcos realizado com Turríbio Bueno de Freitas. Na década de 30, Mário Dutra era tropeiro de porcos a serviço de Turríbio Bueno de Freitas, comerciante de Castro, no Paraná. Turríbio contratava o fornecimento de porcos em Castro, em Pirai do Sul, em Ponta Grossa, em Joaçaba e até em São José e Cadeado, dois lugares próximos à fronteira de São Paulo, bem mais para lá de Castro. Fazia a compra dos animais no Sudoeste, desde

Baracão até Clevelândia, concentrando-os até Campo Alto, próximo à cidade de Clevelândia (VOLTOLINI, 2005, p.76).

Segundo Voltolini (2005) as tropas poderiam ter de 400 até 1200 porcos conduzidos por até 20 peões no auge do comércio, mas, “a partir da década de 1930 e 1940, as estradas começaram a melhorar e conseqüentemente as tropas iniciaram seu declínio. Os porcos começaram a ser transportados de caminhão” (WACHOWICZ, 1987, p.80).

Mas mesmo considerando a importância das tropas de porcos, da erva-mate, da exploração da madeira de lei, e da agricultura familiar a região continuava com problemas para se integrar aos “centros” e mesmo União da Vitória, Guarapuava e Ponta Grossa eram destinos distantes e de acesso demorado, além da distância, as estradas e os meios de comunicação eram escassos. Até a década de 1940 o principal meio de transporte eram os muares, assim “os produtos de origem animal, salame, banha, couro, também milho, feijão, erva-mate beneficiada, todos produzidos em Villa Nova eram levados por carroças a União Vitória, onde eram trocados por: arroz beneficiado, farinha de trigo (uma raridade), sal, açúcar, querosene, ferramentas, munição, louças, tecidos, armarinhos e até remédios” (BOCCHESE, 2004, p.90).

Considerações Finais

Buscamos delimitar até aqui os elementos principais que constituem uma economia sensível onde estavam inseridas a produção e reprodução de uma série de sentimentos que se relacionam não apenas com atos de violência, mas com as diversas esferas de sociabilidade da vida nesse território sem uma população num sentido estrito. Mesmo que se acuse essa perspectiva de se valer de critérios “subjetivos”, perseguindo uma identidade vazia construída pelo discurso memorialista e historiográfico, que atribui determinadas representações imagens aos habitantes locais, acreditamos que é justamente nessa “construção” do outro, dada no jogo entre o passado e a escrita sobre os mortos, que poderemos realizar uma cartografia inicial para o caboclo e os demais habitantes daquela região.

Para além da crença de que antes da colonização o “vazio” demográfico demonstra o ostracismo de uma região disputada apenas pelas suas riquezas naturais ou por seu valor estratégico, buscamos perceber que essa construção é característica da

historiografia sobre o Sudoeste do Paraná, eminentemente interessada nos diversos conflitos que gravitaram em torno da disputa e posse pela terra. Mas a negligência em se considerar o período anterior à ocupação extensiva advém de uma postura política determinada. Os estudos sobre o conflito de terras no Brasil são consolidados num país onde a extensão, posse e domínio do território é uma herança colonial que caminha por toda a história da nação.

As diversas sociabilidades constituídas nesse território de aparente “vazio” nos mostram que essa “população” do início do século mantinha relações específicas com a terra, o espaço e também com seus próximos. Por mais que consideremos o território demasiado vasto para uma população tão pequena, não podemos menosprezar as ações desses homens nessas primeiras décadas do século XX.

Há certa estrutura social que observamos nesses tempos. Traduzimos essas características através das ideias de fluidez, flexibilidade e segmentaridade. Através do modo geral com que a vida se produzia e reproduzia na região percebemos que a relação do homem com a posse da terra, com a natureza (a mata, os animais), e com seus semelhantes, formava caracteres onde os valores que intermediavam as ações dos homens fogem aos padrões de colonização intermediados por instâncias administrativas e punitivas. Tampouco podemos considerar essa população como “primitiva”.

Acreditamos que agora estamos mais próximos de compreender a constituição de um capital sentimental gestor das relações intersubjetivas num território em transformação segmentarizada por estratos (formações históricas: nomadismo-sedentarismo, migração, posse da terra, revolta etc.) de natureza diversa que transpõem e incluem elementos étnicos, culturais, sociais, econômicos e libidinais, como o desejo pela posse da terra que fermenta todo um imaginário do migrante teuto e ítalo-gaúcho que a partir dos anos 1940 passa a interferir nessas “estruturas” sociais, lido pela historiografia tradicional como “herói dos duros tempos”. Imagem essa eivada de intencionalidade ideológica proposital. Mas essa já é outra história⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁵ Para a crítica do discurso sobre a região e suas populações locais, em especial o discurso intelectual ver: NEUNDORF, Alexandro. **Intelectuais, Fronteiras e Identidades**: o Paraná no início do século XX. (Dissertação de Mestrado em História UFPR). Curitiba, 2009.

BOCCHESE, Neri França Fornari. **Pato Branco, Sua História, Sua Gente**: história de Pato Branco. Pato Branco: imprepel, 2004.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol.3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

GOMES, Iria Zanoni. **1957**: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná**: história de bravura, trabalho e de fé. Posigraf, 2004.

LAZIER, Hermógenes . **Francisco Beltrão**: 25 anos de lutas, de trabalho e progresso. Editora Folha do Sudoeste: Francisco Beltrão, 1977.

_____. **Análise histórica da Posse da Terra no Sudoeste do Paranaense**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná/ Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

LAZIER, Hermógenes. **Francisco Beltrão**: 25 anos de lutas, de trabalho e progresso. Editora Folha do

MACHADO, Brasil Pinheiro. O Estudo da história regional (uma nota prévia).

História; Questões e Debates, Curitiba: ano 2, n.3, 1981.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

REGO, Rubem Murilo Leão. *Tensões Sociais na Frente de Expansão: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná – 1940/1970*. In: SANTOS, José Vicente T. (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

SANTOS, Eucléia Gonçalves. **“Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno”**: os missionários franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2005.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 1**: origens de Pato Branco. 2.ed. Pato Branco: Imprepele, 2005.

WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. 2.ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WEBER, William. **A Colônia Militar do Chopim**. Curitiba: Imprensa oficial do Estado do Paraná, 2006. Revista *Expedições*: Teoria da História & Historiografia Ano 1, N.2, Julho 2011